

A RECUSA DE SARTRE DO EU PENSO DE KANT

Marcos Rodrigo Rabelo Amado⁹²

Resumo: O *Ensaio sobre a transcendência do Ego* tem como primeiro movimento o posicionamento de Jean-Paul Sartre (1905-1980) sobre a inviabilidade de partir do “Eu penso” tal como formulado por Kant. Nesse sentido, o presente artigo tem como objetivo expor algumas justificativas que levaram Sartre a rejeitar o conceito “Eu penso” da forma como foi formulado pela filosofia crítica. A fim de realizar o objetivo proposto, o artigo busca, em um primeiro momento, apresentar o modo como Kant formulou seu conceito de “Eu penso”. Na primeira parte, busca-se retomar alguns argumentos chave para compreender o porquê de Kant concluir a necessidade de postular o referido conceito. Na segunda parte, trabalha-se a exposição da justificativa de Sartre, segundo a qual não é possível retomar Kant devido ao objetivo de a investigação conduzir a um campo totalmente distinto da investigação crítica. Na medida em que o *Ensaio sobre transcendência* tem como um de seus objetivos tornar a consciência uma pura imanência, vazia de qualquer conteúdo, isso faz com que o “Eu penso” de Kant seja incompatível com essa definição.

Palavras-chave: Sartre, Kant, Eu penso, Transcendência do Ego.

Abstract: The *Essay on the Transcendence of the Ego* begins with Jean-Paul Sartre's (1905-1980) stance on the impossibility of adopting the concept of "I think," as formulated by Kant. In this regard, the present article aims to present some of the justifications that led Sartre to reject the concept of “I think” in the way it was formulated by critical philosophy. In order to achieve this objective, the article seeks to present the way in which Kant formulated his concept of “I think.” In the first part, we seek to revisit some key arguments in order to understand why Kant concluded that it was necessary to postulate this concept. In the second part, Sartre's justification is examined, according to which it is not possible to revisit Kant due to the objective of the investigation leading to a field entirely distinct from that of critical philosophy. To the extent that The Transcendence of the Ego seeks to render consciousness a pure immanence, devoid of any content, Kant's “I think” becomes incompatible with this definition.

⁹² Licenciado em filosofia pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Atualmente é mestrando no Programa de Pós-Graduação em Filosofia da UFS (PPGF-UFS), sob orientação do Prof. Dr. William de Siqueira Piauí. E-mail: marcosrabelofilo01@gmail.com.

Keywords: Sartre, Kant, I Think, Transcendence of the Ego.

Considerações iniciais

A investigação proposta por Sartre no *Ensaio sobre a transcendência do Ego*⁹³ tem seu ponto de partida na afirmação de que o “problema da crítica sendo um problema de direito, Kant não afirma nada sobre a existência de fato do Eu penso” (2013, p. 15). Fazendo do primeiro movimento do texto uma recusa à filosofia kantiana, por entender que ela não busca resolver o problema de fato da existência do Eu. Posicionamento alinhado também à rejeição de Sartre da filosofia neokantiana francesa, que buscava, segundo ele, “realizar as condições da crítica”. Sem pretender adentrar nas querelas do problema da subjetividade na filosofia crítica, é certo que Immanuel Kant (1724-1804) foi um autor muito importante para o debate, principalmente quando compreendemos sua tentativa de superar o idealismo e o realismo (ou toda a metafísica dogmática). Parte dessa tentativa pode ser vista quando Kant fala sobre o próprio conceito “Eu penso”, rejeitando um *cogito* de tipo substancial como o cartesiano.

Kant, diferentemente de Descartes, teorizou sobre “o *Eu penso* [que] deve poder acompanhar todas as minhas representações” (KANT, 2001, p. 131, B132), e é dessa citação que Sartre⁹⁴ parte. Quando Kant postulou um Eu penso que deve poder acompanhar as nossas representações, com isso nós deveríamos concluir que realmente há um Eu que habita todos os nossos estados de consciência? É forçoso entender e aceitar que existe um Eu dotado da responsabilidade e do poder de realizar a síntese suprema da nossa experiência?⁹⁵

O texto da *Transcendência* sugere que responder a essas questões de modo positivo e afirmar a necessidade do Eu a partir da perspectiva crítica é forçar o pensamento kantiano: “Kant nunca se preocupou com o modo como se constitui *de fato* a consciência empírica” (SARTRE, 2013, p. 16, grifo do próprio autor). Sem a preocupação sobre a constituição de fato da consciência empírica, tampouco teria se debruçado sobre o problema da existência de fato e

⁹³ Doravante apenas *Transcendência*.

⁹⁴ Vale pontuar que a posição de Sartre será valorizada por Gilles Deleuze (1925-1995), esse último, ao falar sobre a dificuldade de saber como um campo transcendental é determinado, afirma também que esse não deve assumir a forma dada por Kant. “Parece-nos impossível lhe dar, à maneira kantiana, a forma pessoal do Eu, de uma unidade sintética de apercepção [...] sobre este ponto as objeções de Sartre são decisivas” (DELEUZE, 2019, p. 108). Nesse sentido, parece vantajoso tendo em vista parte do objetivo de nossa pesquisa de mestrado, a saber, de apresentar a leitura que Deleuze faz de Sartre, investigar o modo como o Sartre trata da questão do Eu penso em Kant.

⁹⁵ Cf. *Transcendência*, p. 15.

da realidade do Eu. A questão kantiana, de outro modo, fixou-se apenas no problema da possibilidade do conhecimento, uma questão de direito⁹⁶ (*quid juris*) e não de fato (*quid facti*). Atitude que impediria a filosofia kantiana de falar sobre a existência de fato do Eu penso e, para Sartre, isso é patente na medida em que Kant fala em “deve poder acompanhar” e não em “de fato acompanha” todas as minhas representações.

Para melhor compreender a leitura de Sartre e como ela se alinha ao texto kantiano da *Crítica da razão pura* parece proveitoso nos aproximarmos um pouco mais da filosofia de Kant. Dito isso, como podemos compreender o Eu penso de Kant? Temos a pretensão de mostrar que se trata de um conceito dado como formal, unificador de todas as funções do entendimento⁹⁷. O sujeito transcendental serve à filosofia kantiana como conceito que realiza a unificação das sínteses das categorias⁹⁸. Uma subjetividade à qual se remetem todas as sínteses categoriais. Nesse sentido, o Eu penso kantiano pode ser compreendido como polo unificador que possibilita o conhecimento. Vejamos.

O “Eu penso” de Kant

⁹⁶ Sobre a questão de direito (*quid juris*) e questão de fato (*quid facti*) a primeira seção do artigo *Sobre o argumento da dedução transcendental na segunda edição da Crítica da razão pura*, de autoria de Adriano Perin, explica como Kant se utilizou da terminologia jurídica de sua época para fazer a distinção do tipo de pesquisa que ele está empreendendo com sua crítica. Em uma breve explanação, enquanto na *quid facti* o *factum* indica a origem de algo, na *quid juris*, o *factum* indica a legitimidade de algo. Desse modo, na questão de fato o *factum* que permite o reconhecimento de algo como verdadeiro é obtido pela recorrência, por voltar-se, ao elemento que originou a questão. Na questão de direito, por sua vez, o *factum* que legitima sua posse e o uso de algo é reconhecido mediante uma dedução. Por fim, para compreender a posse *a priori* dos conceitos puros do entendimento, a investigação não deve ser sobre a origem do conceito como na questão de fato, mas de compreender com qual direito se dispõe deles. Questão metafísica e que, para Kant, conforme Perin, é necessariamente uma questão de direito. Cf. PERIN, 2008, p. 5. Mesmo nessa breve explicação podemos identificar mais uma justificativa segundo a qual Sartre não poder partir da filosofia transcendental de Kant. Quando Sartre questiona o Eu, ele tem a intenção de compreender o ser e o modo como se origina o Ego, consequentemente, se posicionando em um campo distinto da crítica. Atitude que temos a pretensão de apresentar no decorrer do texto. A diferença entre a questão de fato e a questão de direito é apresentada por Kant no §13, *Dos princípios de uma dedução transcendental em geral*, da CRP, com a questão de fato esclarecendo num sentido empírico a origem de conceitos e a questão de direito apresentando a validade objetiva dos mesmos. Se é nos mesmos termos que Sartre vai colocar a questão de fato, de saber se o Eu de alguma forma tem uma existência real e até empírica, então a validade objetiva de sua existência vai ser garantida, não por um processo dedutivo, mas fazendo uso da fenomenologia.

⁹⁷ Por entendimento Kant considera a faculdade do conhecimento, cf. *Crítica da razão pura*, p. 136, B137.

⁹⁸ O conceito de “categorias” retoma a base da filosofia aristotélica, em linhas gerais pode ser entendido como os vários modos como [o] ser se diz e formas como o ser aparece. As categorias, em Aristóteles, em grande medida entendida como primeira definição filosofia do termo, é uma espécie de determinação pertencente ao próprio ser e do qual o pensamento deve servir-se para conhecê-lo. Com Kant, por sua vez, esse conceito toma uma nova caracterização. Na filosofia crítica as categorias são formas do juízo e explica independentemente do conteúdo empírico (Cf. nota 10). Como será de modo geral apresentado, as categorias são conceitos puros do entendimento, que consistem em ordenar diversas representações em uma “síntese comum”. São elas as responsáveis, em alguma medida, pelas condições de possibilidade do conhecimento. Mas dependem, como será exposto, de uma atividade ainda mais anterior. As categorias tais como definidas por Kant, são constitutivas, constituem o objeto do conhecimento e dão a possibilidade de verificar sua verdade.

Para nos guiar em meio a difícil filosofia de Kant teremos como questões norteadoras as seguintes: quais conceitos são anteriormente trabalhados e estão relacionados ao Eu penso? Como o Eu penso chega a ser formulado por Kant na *Crítica* da razão pura, no §16 da *Analítica transcendental*? Que tipo de problema o Eu penso kantiano permite solucionar? Mas antes de partir para tentativa de responder a essas questões que nos colocamos, ajuda a sua compreensão observar o horizonte no qual elas surgem.

A *CRP*, como uma obra que traça a “arquitetônica da razão pura”, diz Morujão⁹⁹ em seu prefácio à edição portuguesa, é uma tentativa de garantir à filosofia um rigor indesmentível, assim como já possuíam a lógica¹⁰⁰ e a matemática¹⁰¹ e como estava sucedendo com a física de Isaac Newton (1643-1727), ou seja, garantir à filosofia uma natureza científica. A filosofia, adotando a via crítica, passaria então a oferecer, de fato, um núcleo de certezas fundamentais. O passo que distingue essencialmente a crítica da empreitada cartesiana, por exemplo, é a recusa de Kant de argumentos teológicos, princípios divinos que garantissem rigidez e força à construção do sistema.

Em um posicionamento contrário à tradição metafísica anterior, Kant afirmava que ela, em suas produções, não passava de “metafísica dogmática” e na verdade não era propriamente conhecimento. Um número de teses que buscavam dar fundamento à várias outras teses, visando explicar um número considerável de coisas, o mundo e no “extramundo”¹⁰², mas que não poderiam ser colocadas em dúvida. Por exemplo, ao falar da natureza humana não eram dados os princípios adequados para suas afirmações, muitas vezes extrapolando os limites da própria experiência, considerados por Kant os reais limites do conhecimento.

Ainda acompanhando Morujão em seu comentário, concordamos que Kant concluiu que era necessário, antes de uma metafísica, apresentar os princípios que o entendimento e a razão podem conhecer independente de toda a experiência, mas limitados por ela. Afirmando sua posição contrária à produção metafísica dogmática. Com isso, de um modo geral, pode-se

⁹⁹ Cf. *Crítica da razão pura*, Prefácio da tradução portuguesa, p. V-XXVI.

¹⁰⁰ Kant visa principalmente a lógica de Aristóteles.

¹⁰¹ Grandes nomes da matemática que teriam contribuído para essa cientificidade da disciplina são os matemáticos Euclides (300 a.C.), Arquimedes (287 a.C. – 212 d.C.) e Apolônio (262 a.C. – 194 d.C.).

¹⁰² No último capítulo da *Crítica*, *A história da razão pura*, Kant apresenta uma breve história de como procedeu os trabalhos realizados na metafísica. Inicialmente os homens “teriam começado por onde hoje preferiríamos concluir, isto é, tenham estudado primeiro o conhecimento de Deus e a esperança ou mesmo a natureza de um outro mundo” (KANT, 2001, p. 671, A853/B881). A teologia e a moral tendo sido sempre dois campos de investigação de interesse da razão, mas foi a teologia que conduziu a “razão especulativa” a atividade que passou a ser chamada de metafísica.

considerar que um dos objetivos da *CRP* é o de encontrar os limites de todo conhecimento puro, independentemente de qualquer experiência, ou seja, *a priori*. Para efetivar esse objetivo, uma das prerrogativas seria compreender as condições *a priori* do conhecimento dos objetos e mesmo como é possível o conhecimento de um modo geral.

No texto da *CRP*, Kant, ao entender que existe a possibilidade *a priori* de um conhecimento dos objetos, já estabelece algo sobre os objetos antes deles nos serem dados, em outras palavras, trata da necessidade de estabelecer o modo de representação do sujeito cognoscente. No itinerário conceitual proposto pela crítica, tendo em vista resolver a questão da possibilidade do conhecimento, Kant menciona, de um lado, o espaço e o tempo, de outro, as categorias “como dois tipos de conceitos de bem diversa espécie, mas que coincidem na referência totalmente *a priori* aos objectos” (2001, p. 120, B117). Os primeiros são ditos como formas da sensibilidade que se referem totalmente *a priori* aos objetos e, os segundos, ou seja, as categorias são conceitos do entendimento sem ligação com a sensibilidade.

Tanto as formas da sensibilidade, quanto as categorias são conceitos que permitem a Kant tratar da possibilidade *a priori* do conhecimento. O espaço e o tempo, como meios a partir dos quais um objeto aparece em uma intuição empírica, são as formas puras da sensibilidade, as quais tornam possível um objeto ser dado a uma intuição como objeto de conhecimento. A intuição empírica também é dada conforme essas mesmas formas puras. As categorias, por sua vez, não se referem a nenhuma forma da sensibilidade. Ao tratar das categorias, Kant as estabelece como a condição *a priori* de possibilidade do conhecimento, tomando em consideração somente o próprio pensamento puro *a priori*. Sem essas condições formais da sensibilidade, as quais são *a priori*, os objetos da intuição sensível nada seriam para nós, mas, além disso, é necessário que aquilo que venha a se tornar um objeto esteja conforme as condições do pensamento, ou seja, conforme às categorias.

Nesse sentido, o múltiplo de uma intuição sensível só é passível de síntese devido a pressuposição das categorias. Em outras palavras, aquilo que é dado a intuição sensível se diz como múltiplo, desorganizado e é devido ao modo como nosso entendimento *a priori* é organizado e como ele pode organizar sinteticamente essa multiplicidade da sensibilidade que estão dadas as condições para conhecer os objetos. Nesse sentido, as categorias são responsáveis por dar unidade à intuição. A unidade da intuição não é dada a nós na sensibilidade, ao contrário, conforme Perin (2008, p. 95) nos explica, essa unidade é resultado da atividade da síntese do entendimento mediante as categorias. Sendo uma síntese nada mais que a ação pela qual o múltiplo é acolhido, ligado e tornado uma unidade e o resultado dessa

“operação” é um conhecimento. Ou seja, na filosofia crítica de Kant parece lícito entender que não há conhecimento sem as operações sintéticas dos conceitos puros *a priori*. A própria unidade das representações de uma intuição parece demonstrar que somente mediante as categorias é que o múltiplo da intuição pode se tornar um objeto de conhecimento.

Nos §§13 e 14 do segundo capítulo da *Analítica dos conceitos* Kant postula a necessidade de uma dedução transcendental¹⁰³ das categorias. O próprio processo dedutivo faz parte do projeto kantiano de estabelecer as condições *a priori* de possibilidade do conhecimento dos objetos.

Com efeito, a própria experiência é uma forma de conhecimento que exige concurso do entendimento, cuja regra devo pressupor em mim antes de me serem dados os objetos, por consequência, *a priori* e essa regra é expressa em conceitos *a priori*, pelos quais têm de se regular necessariamente todos os objectos da experiência e com os quais devem concordar. (KANT, 2001, p.20, B XVII)

Agora não mais buscando compreender o entendimento a partir dos objetos como aquilo que lhe daria forma, mas assumindo o entendimento *a priori* como aquilo que determina a forma como os objetos podem ser conhecidos: inversão copernicana mencionada no prefácio da *CRP*. Com essa virada, o filósofo busca a via capaz de explicar como o conhecimento *a priori* é possível e assim oferecer a devida fundamentação científica à filosofia.

Desse modo, tanto o espaço e o tempo – formas puras da sensibilidade – quanto às categorias – conceitos puros do entendimento – são passíveis de serem admitidos como condições de possibilidade do conhecimento que são dadas no sujeito cognoscente *a priori* à consolidação do conhecimento na experiência. (PERIN, 2008, p. 90)

Afirmando que os objetos dados à intuição são regulados pelo entendimento, no sentido de serem sustentados pelas categorias, e por suas formas puras da sensibilidade, Kant admite o tempo e o espaço e as categorias como as condições *a priori* de possibilidade de conhecimento dos objetos que são dados na intuição. Sem o espaço e o tempo não há, para Kant, modo possível de um objeto nos aparecer.

O espaço e o tempo são as condições para que um objeto possa ser dado em uma intuição empírica. O processo da dedução transcendental, no caso dessas formas da intuição é, entende

¹⁰³ É pelo método da Dedução transcendental que Kant analisa e afirma a objetividade e a certeza desses conceitos. “Dou o nome de dedução transcendental à explicação do modo pelo qual esses conceitos se podem referir *a priori* a estes objectos e distingo-a da dedução empírica, que mostra como se adquire um conceito mediante a experiência e a reflexão sobre esta [...]”. (KANT, 2001, p. 120, B117). A própria natureza das categorias faz com que se refiram aos objetos sem que necessitem buscar algo na experiência. “A dedução transcendental das categorias deve, então, mostrar que as categorias possuem a priori no próprio entendimento validade objetiva e que são conceitos sem os quais não há possibilidade de conhecimento dos objetos na experiência” (PERIN, 2008, p. 92). Como pretendemos mostrar, é no curso dessa dedução que a necessidade de afirmar o Eu penso aparecerá, mas será um *cogito* que pouco ou nada se assemelha com o cartesiano ou com o de Sartre.

Kant, realizado com “leve esforço”¹⁰⁴, pois representam o único modo possível dos objetos nos serem dados na intuição, ao menos como objetos de conhecimento. No entanto, as categorias parecem exigir um esforço maior, pois “para se considerar estes conceitos puros do entendimento como condições *a priori* de possibilidade de conhecimento é necessário, de acordo com Kant, que eles sejam legitimados sem recorrência a nenhuma condição da sensibilidade” (PERIN, 2008, p. 91). Nesse sentido, a dedução transcendental é um meio de garantir validade objetiva para condições subjetivas do pensamento que Kant entende serem as condições de possibilidade de todo conhecimento.

Parece-nos que na *CRP* o conceito de síntese tem uma relação direta com o de categorias, formas puras do pensamento. Se nos mantemos nos §13 a §16, parece que é a própria relação das categorias com a síntese que torna necessário postular um *cogito*, o Eu penso. No §15 do texto da *CRP* Kant define a síntese como uma ação cuja possibilidade de realização cabe à espontaneidade da faculdade do entendimento. É pela síntese que se realiza a ligação de um múltiplo em geral.

A atividade de síntese, conforme nos explica Perin (2008, p. 98), implica que a síntese do múltiplo de uma intuição dada só pode ser realizada pressupondo uma atividade dos conceitos puros do entendimento. A própria unidade desse múltiplo demonstra a necessidade de garantir às categorias uma validade objetiva – a qual deve ser obtida pelo processo da dedução transcendental. Nesse sentido, parece-nos que a relação entre os conceitos aqui apresentados é o arcabouço teórico que vai permitir a Kant postular a possibilidade do conhecimento dos objetos.

Nossa leitura nos conduz à compreensão de que todo esse movimento promovido por Kant faz com que ele precise postular o conceito do Eu penso – dito ainda mais anterior – e que é de suma importância para os postulados aqui referidos. Diz Kant:

Mas, o conceito de ligação inclui também, além do conceito do diverso e da sua síntese, o da unidade desse diverso [...]. Esta unidade, que precede *a priori* todos os conceitos de ligação, não é a categoria da unidade (§10); porque todas as categorias têm por fundamento as funções lógicas nos juízos e nestes já é pensada a ligação, por conseguinte a unidade de conceitos dados [...]. Temos, pois, de buscar esta unidade (como qualitativa, §12) mais alto ainda, a saber, no que já propriamente contém de fundamento da unidade de conceitos diversos nos juízos e, por conseguinte, da possibilidade do entendimento, mesmo no seu uso lógico. (KANT, 2001, p. 130, B131)

A necessidade do conceito “Eu penso” fica assim justificada na medida em que, como nos indica Perin, “segundo Kant, a ligação do múltiplo de uma intuição só pode ser realizada pelo

¹⁰⁴ Cf. *Crítica da razão pura*, p. 122, A89/B122.

entendimento por uma atividade de síntese, atividade esta que pressupõe unidade” (PERIN, 2008, p. 98). As próprias categorias enquanto síntese (ligação) do múltiplo da intuição levam a postulação de uma unidade ainda mais anterior que servirá de fundamento à unidade de conceitos, da possibilidade do entendimento e do seu uso lógico. Essa unidade ainda mais anterior é, justamente, o “Eu penso”.

No §16 da *CRP* o “Eu penso” surge através do processo de dedução como “consciência ou apercepção originária do sujeito”. Conceito que serve a Kant para dar ao sujeito a possibilidade de ser consciente de todas as suas representações enquanto suas. Conceito que, portanto, torna possível a própria possibilidade de todas as representações serem sintetizadas pelo entendimento, de modo que essas representações sejam de um único e idêntico sujeito. Segundo Perin, “Kant estabelece esta consciência do sujeito como transcendental e comum a toda síntese” (PERIN, 2008, p. 99).

Esta representação, porém, é um acto da espontaneidade, isto é, não pode considerar-se pertencente à sensibilidade. Dou-lhe o nome de *apercepção pura*, para distinguir da *empírica* ou ainda o de *apercepção originária*, porque é aquela autoconsciência que, ao produzir a representação *eu penso*, que tem de poder acompanhar todas as outras, e que é uma e idêntica em toda a consciência, não pode ser acompanhada por nenhuma outra. Também chamo à unidade dessa representação a unidade transcendental da autoconsciência, para designar a possibilidade do conhecimento *a priori* a partir dela. (KANT, 2001, p. 132, B132/133, grifo do próprio autor)

Com isso temos condições de interpretar o Eu penso de Kant como uma ação intelectual do sujeito. Uma atitude que não apenas é a síntese mais geral e fundamental de todas, como é a fonte de todas essas sínteses. O que faz do “Eu penso” *a priori* um acompanhante potencial de todas as representações a serem concebidas pelo entendimento, uma unidade transcendental de representação do sujeito tão “especial” que deve poder acompanhar todas as outras, mas que nenhuma outra pode acompanhá-la.

Com isso fica explícito que o *cogito* kantiano é um conceito de unidade transcendental que representa a possibilidade do sujeito ser consciente de todas as representações que serão realizadas pelo entendimento. *Cogito* que não é um Eu de fato, substancial, mas uma ação intelectual que não é acompanhada por nenhuma outra síntese. Enquanto *a priori*, ela é pensada como a condição de toda e qualquer outra síntese posterior. Junto ao comentário de Perin (2008, p. 99) podemos compreender a atitude intelectual que é o Eu penso de Kant como unidade pressuposta para a atividade de síntese do entendimento do múltiplo da intuição, ou seja, das categorias.

Mas, ter consciência de que há essa síntese necessária não é o mesmo que ser consciente dela enquanto opera. O que Kant está estabelecendo são as condições lógicas e formais para

que o conhecimento seja possível. Dito isso, o processo da dedução, mediante as conclusões das formas da intuição, das categorias, do que são representações, juízos etc. nos conduz à consequente afirmação de uma unidade ainda mais originária. Unidade a partir qual estão submetidas todas as representações que são dadas ao entendimento e as quais o entendimento sintetiza e torna possível todo e qualquer unidade de objeto do conhecimento.

Sartre e a recusa ao “Eu penso” de Kant

Todas essas considerações feitas a partir da *CRP*, apoiadas no comentário de Perin, parecem-nos estar alinhadas com a interpretação de Silva (2004), quando se refere ao Eu penso de Kant como puramente formal. Por ser transcendental, diz Silva (2004), o Eu kantiano não pode ser conhecido objetivamente. A regra de Kant para um conhecimento objetivo é que ele possa ser dado a uma intuição. Enquanto [em referência] o eu, do “Eu penso”, nenhum conteúdo nos é dado sobre ele e tampouco existe algo que empiricamente revele esse sujeito. Nesse sentido, caso continuemos na linha do pensamento crítico, o Eu transcendental só pode ser afirmado como condição de possibilidade de todas as representações e não como existindo de fato, seja no mundo ou na consciência. O terreno da crítica se mostra, mais uma vez, como sendo do puro direito. Nesse sentido, resta concluir que

Para Kant, manifestamente o [Eu penso] é uma função, pois atribuir-lhe ser equivaleria a concebê-lo metafisicamente, à maneira de Descartes, o que contraria os pressupostos da filosofia crítica. Nesse sentido, a afirmação kantiana de que o Eu é condição de possibilidade das sínteses equivale à renúncia de defini-lo como ser. (SILVA, 2004, p. 35)

Assim entendido, o Eu penso kantiano deve então ser considerado como um conceito que serviu à crítica para falar das condições de possibilidade da experiência e de tudo que se possa considerar de fato conhecimento – como tentamos mostrar – e uma dessas condições é que sempre possamos considerar uma percepção ou pensamento como meu. “Eis aí tudo”, diria Sartre (2013, p. 16). O Eu penso enquanto polo unificador que engloba e unifica as possibilidades categoriais de síntese, sendo sua própria condição, impede as sínteses das categorias serem reduzidas a uma unidade distributiva, ou seja, é devido ao eu enquanto operador mais geral de sínteses que o sujeito é unificado (não disperso) e o objeto apreendido.

Mas por que Sartre se interessa, no início de seu texto, em falar sobre a posição de Kant?

Ao que consta, parece-nos que o começo da *Transcendência* também serve de resposta aos ditos neokantianos franceses. Para Sartre, os neokantianos estavam adotando a atitude de querer realizar as condições da crítica, atitude que tem como consequência a pergunta sobre o que pode ser a consciência transcendental. Nesse sentido, além de uma resposta ao problema do solipsismo, o ensaio em questão também oferece resposta teórica a uma certa prática que estava ocorrendo na filosofia francesa da época. Prática que tinha como preocupação maior responder a questões epistemológicas, as quais Sartre visa superar.

Em resposta ao neokantismo Sartre nos diz que a crítica nunca teria se preocupado com o modo como uma consciência empírica de fato se constitui.

A consciência transcendental, para ele [Kant], é apenas o conjunto das condições necessárias à existência de uma consciência empírica. Consequentemente realizar o Eu transcendental, fazer dele o companheiro inseparável de cada uma de nossas ‘consciências’, é julgar sobre o fato e não sobre o direito, é posicionar-se em um ponto de vista radicalmente diferente do de Kant. (SARTRE, 2013, p. 16)

Porém, para Sartre, não se trata somente de responder ao neokantismo. Vale também pontuar que mesmo Kant tendo se colocado a falar sobre o Eu e sobre a consciência ele fala somente a partir de uma perspectiva do direito, ou seja, da possibilidade. Sartre, por sua vez, busca responder à pergunta se de fato há ou não um Eu e, caso sua existência seja afirmada, se ele é ou não um habitante da consciência. Respostas que geram a necessidade de postular um novo conceito de consciência.

Ainda sobre o neokantismo francês, o erro deles, na linha do comentário de Silva (2004), foi colocar a questão do Eu transcendental no sentido de a resposta poder ser um sujeito para além de um conjunto de condições de possibilidade, sujeito lógico e não real. “O neokantismo francês, na perspectiva crítica, procurava também pela maneira segundo a qual o transcendental constitui o empírico” (MOUTINHO, 1995, p. 25). Como já foi apresentado, o transcendental em Kant apenas serve como determinação das condições de possibilidade da experiência. Um conjunto de condições lógicas que na leitura dos neokantianos passa a ser assumido como um fato absoluto, procurando nele a constituição do Eu. Os argumentos apresentados, parecem ser suficientes para fazer compreender que se há Eu na filosofia kantiana ele desempenha apenas um papel formal associada uma atitude de síntese do entendimento, a mais fundamental de todas e não que há, na consciência, a presença de um Eu, ao menos não como gostaria Descartes.

Segundo a leitura de Moutinho, a operação de subversão da perspectiva crítica é feita em razão de constituir o empírico, ou psíquico; constituição “que só pode ser pensada a partir de uma consciência real” (MOUTINHO, p. 25). Como dito anteriormente, a via crítica, devido

a sua própria problemática e método não pode fornecer a resposta para o problema da constituição do Ego, chamada por Sartre de síntese do psíquico. Quanto a isso, Moutinho também nos oferece uma chave de leitura adicional do porquê Sartre rejeita essa perspectiva neokantiana.

Os neokantianos franceses, nessa busca por realizar o Eu, concebem o transcendental como um inconsciente. Colocado na posição de real, o transcendental é posto para além da consciência empírica. Moutinho cita o neokantiano Lachièze-Rey (1995) que deixa bastante evidente o modo como os neokantianos buscam realizar esse projeto:

[...] precisamente porque é consciência, ela não poderia comportar só essa pré-existência; a pré-existência lógica não pode ser aqui senão um modo de representação para uma reflexão que procede por uma análise racional; mas, ao termo do processo, a ideia de uma consciência suposta deve poder ser substituída por uma consciência efetiva; como teria dito Lachièze-Rey, é preciso fazer a prova. (LACHIÈZE-REY, p. 449 apud MOUTINHO, 1995, p. 26)

Nesse sentido, considera Moutinho, tornar essa consciência efetiva não é fazer dela uma consciência empírica consciente de si, mas uma consciência real inconsciente na medida em que o Eu empírico deveria “reencontrar conscientemente o que a consciência transcendental teria feito anteriormente ou faria eternamente no inconsciente” (LACHIÈZE-REY, p. 447 apud MOUTINHO, 1995, p. 26). Nos parece que a busca por uma consciência real e acessível é justa, na medida em que Sartre também, de uma forma ou de outra, pretende alcançá-la com as conclusões do texto da *Transcendência*. No entanto, teria faltado ao[s] neokantianos respeitar os próprios limites firmados por Kant na *CRP*, pois, diz Sartre: “Kant nunca se preocupou com o modo com que se constitui de fato a consciência empírica, ele não a deduziu, absolutamente como ao modo de um processo neoplatônico, de uma consciência superior, de uma ‘hiperconsciência’ constituinte” (SARTRE, 2013, p. 16).

Moutinho nos conduz à consideração de que o sujeito kantiano, caso seja efetuado como consciência transcendental não é, coisa muito importante para Sartre, “uma imanência de si a si”. Sendo resultado de uma construção lógica, seu ser é medido pelo conhecimento, pela capacidade de engendrá-lo. Foi interrogando a possibilidade do conhecimento, na tentativa de garantir sua validade, que Kant encontrou esse sujeito lógico. A Sartre também é importante superar o primado do conhecimento, diferente de Kant, para quem o ser do conhecimento aparece como um dado, a investigação de Sartre busca fundá-lo. Nas palavras de Moutinho: “deve-se abandonar o primado do conhecimento e atingir o ser, absoluto, que deve fundá-lo”.

Considerações finais

Assim, se a investigação proposta por Sartre diz respeito à mesma problemática, a via kantiana não oferece os “mecanismos” para indagar sobre a constituição de um Ego real, o que resulta em conceitos distintos. Com isso, acreditamos que tenha ficado mais evidente o porquê de Sartre não partir propriamente da filosofia kantiana, mesmo que, de um modo ou outro, compartilhe da mesma problemática. Ademais, na medida em que o “Eu penso” kantiano permite e conserva um eu idêntico, ele não é compatível com o tipo de sujeito que Sartre está pretendendo constituir na segunda parte do seu ensaio. Um Eu que sempre é suspeito em seu conteúdo, que não é apodítico, que é constituído¹⁰⁵ e não uma condição formal do conhecimento.

Junto a isso, os conceitos *a priori* ligados ao entendimento e que permitem o conhecimento na filosofia de Kant, parecem nos levar a uma compreensão de que nunca acessamos diretamente o mundo, mas apenas os resultados das sínteses que o entendimento oferece a partir de seus conceitos *a priori*. Desse modo, instaura-se mais uma grande incompatibilidade da filosofia crítica com os objetivos de Sartre. O filósofo francês, tem a pretensão de descrever uma consciência que, devido aos métodos da fenomenologia, é postulada como voltada ao mundo, às coisas mesmas, marcada pela intencionalidade¹⁰⁶. Bem diferente do entendimento povoado por conceitos, juízos, representações, sensibilidade, categorias etc. Sartre, inclusive como lembra bem Deleuze de *Lógica do sentido*, busca e quer fazer da consciência uma pura imanência, sem conteúdo, pertencente a um campo transcendental vazio e impessoal – objetivo mais geral que é realizado na *Transcendência do Ego*. Essa é a justificativa mais determinante do porquê Sartre não pode admitir o Eu penso de Kant.

¹⁰⁵ “Desse modo, a intuição do Ego é uma miragem perpetuamente decepcionante, pois, a um só tempo, entrega tudo e não entrega nada. E, ademais, como poderia ser diferente, uma vez que o Ego não é a totalidade real das consciências [...], mas a unidade ideal de todos os estados e de todas as ações [?]” (SARTRE, 2013, p. 56). Com essa passagem podemos indicar uma diferença muito incisiva entre o Eu kantiano e o Eu que Sartre encontra em sua investigação. O Eu kantiano deve ser sempre idêntico e o Eu conceituado por Sartre é uma unidade ideal que sempre pode ser contradita por uma reflexão subsequente, seu conteúdo não é idêntico e não há nada que possa assegurar sua identidade.

¹⁰⁶ Toda primeira parte da *Transcendência do Ego*, intitulada *O Eu e o Moi*, visa realizar uma descrição fenomenológica que permita afirmar a consciência nesse sentido de ser vazia de conteúdo e marcada pela sua atitude mais essencial que é a intencionalidade. Diz Sartre, “a consciência se define pela intencionalidade” é “pela intencionalidade que ela [a consciência] se transcende a si mesma, ela se unifica evadindo-se” (SARTRE, 2013, p. 21).

Referências bibliográficas

- KANT, Immanuel. *Crítica da razão pura*. Tradução de Manuela dos Santos e Alexandre Morujão. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.
- SARTRE, J. P. *Ensaio sobre a transcendência do Ego: esboço de uma descrição fenomenológica*. Tradução de João Batista Kreuch. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- DELEUZE, G. *Lógica do sentido*. São Paulo: Perspectiva, 1974. Tradução de Luiz Roberto S. Fortes.
- SILVA, F. L. *Ética e literatura em Sartre: ensaios introdutórios*. São Paulo, Sp: Editora UNESP, 2004.
- MOUTINHO, L. D. S. *Sartre: Psicologia e Fenomenologia*. São Paulo, SP: Editora Brasiliense, 1995.
- PERIN, A. “Sobre o argumento da dedução transcendental na Segunda Edição da Crítica da razão pura”. *Studia Kantiana*, v. 6, n. 6/7, 2008, p. 83–120. DOI: 10.5380/sk.v6i6/7.88496. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/studiakantiana/article/view/88496>. Acesso em: 28 outubro de 2025.
- MORA, J. F. *Dicionário de filosofia*. Tradução de Maria Gonsalves, Adail Sobral, Marcos Bagno e Nicolás Campanário. São Paulo: Edições Loyola, 2000.